

ANÁLISE SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

Mesmo com a conjuntura económica desfavorável que reina no nosso país, tem-se verificado um pequeno crescimento da economia portuguesa (1,3%) durante o último trimestre de 2013, em comparação com o mesmo período do ano anterior, segundo informações avançadas pelo núcleo de estudos de conjuntura da economia portuguesa (NECEP) da Universidade Católica. O mesmo núcleo refere que a variação em relação ao terceiro trimestre terá sido de 0,3%. Com base nestas estimativas, o NECEP, prevê que a quebra média anual do produto interno bruto de Portugal terá sido de 1,5%, enquanto a taxa de desemprego terá ficado, também em termos médios, em 16,4%.

Considerando a situação particular da cooperativa, que continua maioritariamente dependente de apoios estatais, e depois de analisados os resultados obtidos, verificamos que começa a aparecer “uma luz ao fundo do túnel”, mesmo que não se tenha verificado a inversão dos resultados líquidos negativos, conseguimos, que o EBITDA (Resultados Antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortizações) voltasse a apresentar um valor positivo (€28.160,42). Mesmo estes resultados líquidos negativos de €37.256,17 representam o mais baixo valor dos últimos cinco anos.

Podemos referir ainda, que este resultado demonstra o grande esforço de todos os que dia a dia lutam para que a Cercivar continue a desbravar caminho rumo a sua visão de “Ser uma referência nas áreas de reabilitação, integração e inclusão, pela qualidade: dos serviços prestados, do funcionamento e da cooperação com a comunidade”, cumprindo com a missão de “Apoiar a (re)integração na vida social e profissional de pessoas desfavorecidas, nomeadamente indivíduos portadores de deficiência e/ou incapacidade, promovendo o exercício pleno da sua cidadania”, tendo sempre em atenção aos Valores Institucionais: Humanismo, Solidariedade, Sustentabilidade e Inovação e Melhoria Continua.

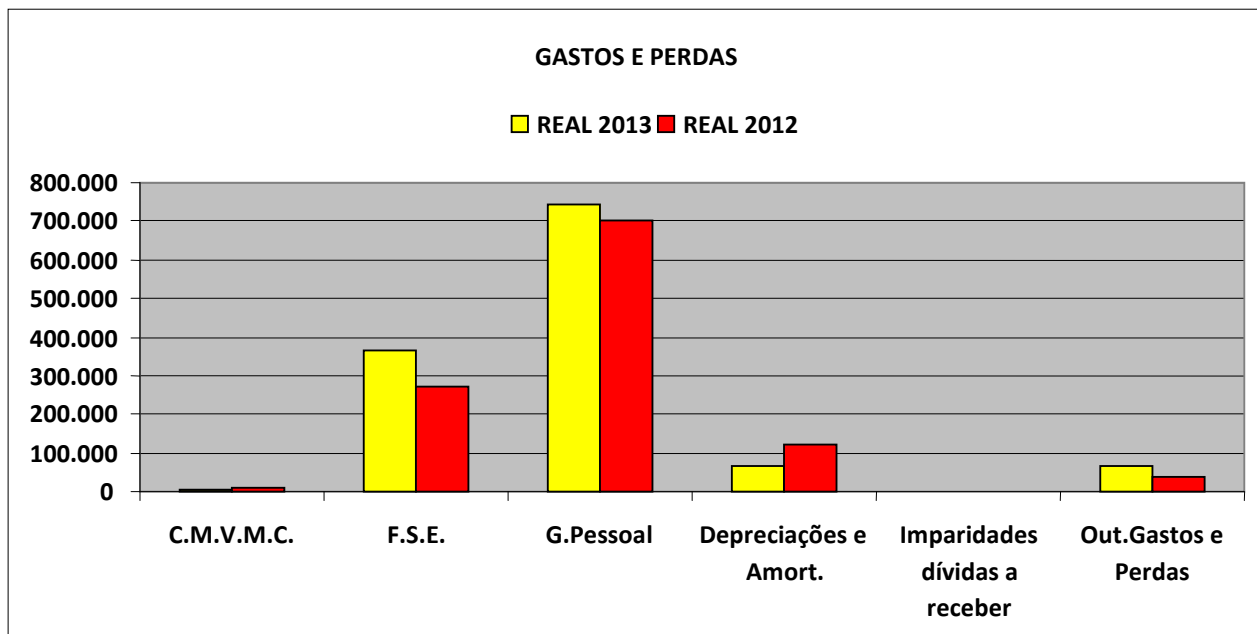
Passamos a analisar algumas contas e desvios mais relevantes.

- **GASTOS E PERDAS**

O total de gastos e perdas previstos, em sede de orçamento, para o ano de 2013 foi de 1.170.126 euros. O realizado foi de 1.242.820 euros. Relativamente ao orçamento, regista-se um desvio de 72.694 euros (6,2 pontos percentuais) e comparativamente ao ano anterior, o desvio verificado foi de 104.442 euros (9,2 pontos percentuais).

RUBRICAS	VARIAÇÃO (c/a)	ORÇAMENTO (a)	2013 (c)	2012 (b)	VARIAÇÃO (c/b)
GASTOS E PERDAS					
Custo merc. vendidas e mat. consumidas	-33,2%	6.000	4.010	8.253	-51,4%
Fornecimentos e serviços externos	30,0%	279.946	364.013	270.549	34,5%
Gastos com pessoal	9,4%	681.611	745.980	701.381	6,4%
Gastos de depreciação e de amortização	-50,8%	132.989	65.417	120.630	-45,8%
Perdas por imparidade	0,0%	0	0	0	0,0%
Outros gastos e perdas	-8,9%	69.580	63.401	37.565	68,8%
TOTAL	6,2%	1.170.126	1.242.820	1.138.378	9,2%

A continuação, apresenta-se o gráfico das diversas rubricas de custos e perdas incorridos nos anos de 2013 e 2012:



Na conta de **Custos das mercadorias vendidas e materiais consumidos** o desvio verificado de 1.990 euros, deriva da falta de vendas de produtos acabados e serviços prestados para os quais seria necessário proceder à aquisição de matéria-prima.

A rubrica dos **Fornecimentos e serviços externos** registou um total de 364.013 euros e um aumento de 84.066 euros, comparativamente com o orçamento, isto é, 30,0%. Este desvio justifica-se principalmente com:

- a) Incremento nos gastos com refeições (Gertal) ocasionado pelo aumento do número de utentes na Cercivar (CAO III);

- b) Honorários pagos ao dinamizador e ao monitor do Programa Escolhas;
- c) Custo pelo serviço jurídico nos processos do Sr. Alberto Milhomens e sobre o Sr. António da Silva Costa (processo despejo do Café Palácio);
- d) Despesa com reparação dos danos causados pelo temporal de fevereiro 2013;
- e) Preparação de sala para a realização de trabalhos para a Yazaki (iluminação);
- f) Aquisição de equipamento e outros materiais para o Programa Escolhas;
- g) Aquisição de equipamento e outros materiais para as Residências Autónomas.

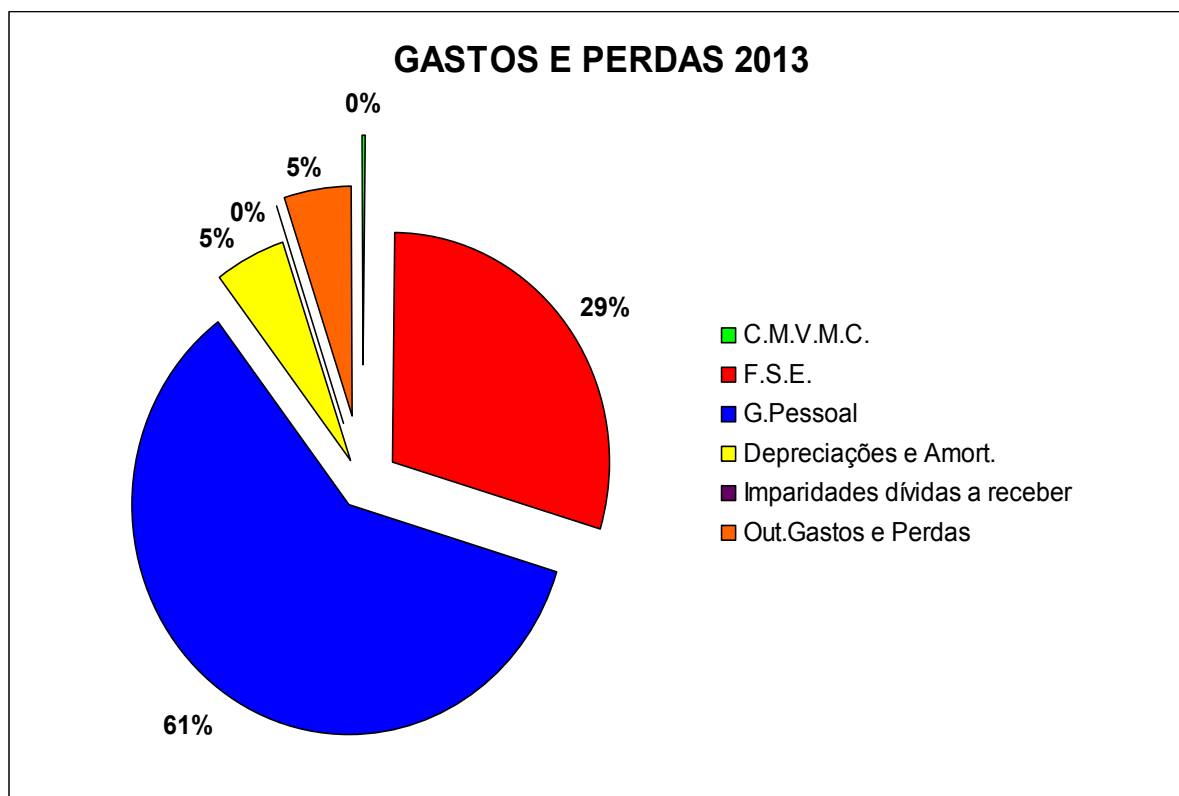
RUBRICA	2013 (a)	ORÇAMENTO (b)	VARIAÇÃO (a/b)
FORNEC. E SERVIÇOS EXTERNOS			
Subcontratos (Gertal)	94.785	85.500	10,9%
Honorários	102.202	73.292	39,4%
Conservação e reparação	26.412	12.037	119,4%
Ferramentas e utensílios	21.093	5.500	283,5%

A conta de **Gastos com o pessoal** atingiu um desvio de 64.369 euros, representando 9,4 pontos percentuais. Este desvio resulta da contratação de novos colaboradores para o Programa Escolhas (Coordenadora e técnica), para o CRI (técnica da fala e fisioterapeuta) e para as Residências Autónomas (psicóloga, técnica ocupacional, 8 ajudantes de ação direta e trabalhadora auxiliar de serviços gerais).

A conta de **Gastos de depreciação e de amortização** apresenta um desvio de -50,8%, cuja causa se resume ao fim do período de amortização dos veículos de transporte adquiridos em 2009.

O pequeno desvio verificado na conta de **Outros gastos e perdas** foi provocado pela anulação de parte da provisão criada em 2012, para verba a receber do POPH tip. 6.2, em contrapartida de não ter sido, até a data, solicitado o reembolso da verba recebida a mais em 2009, por parte de POPH e referente a esta mesma tipologia.

O gráfico a seguir apresentado mostra o peso de cada conta no total dos gastos do exercício de 2013.



A conta de **Gastos com o pessoal** continua a manter-se como a maior fonte de gastos da Instituição.

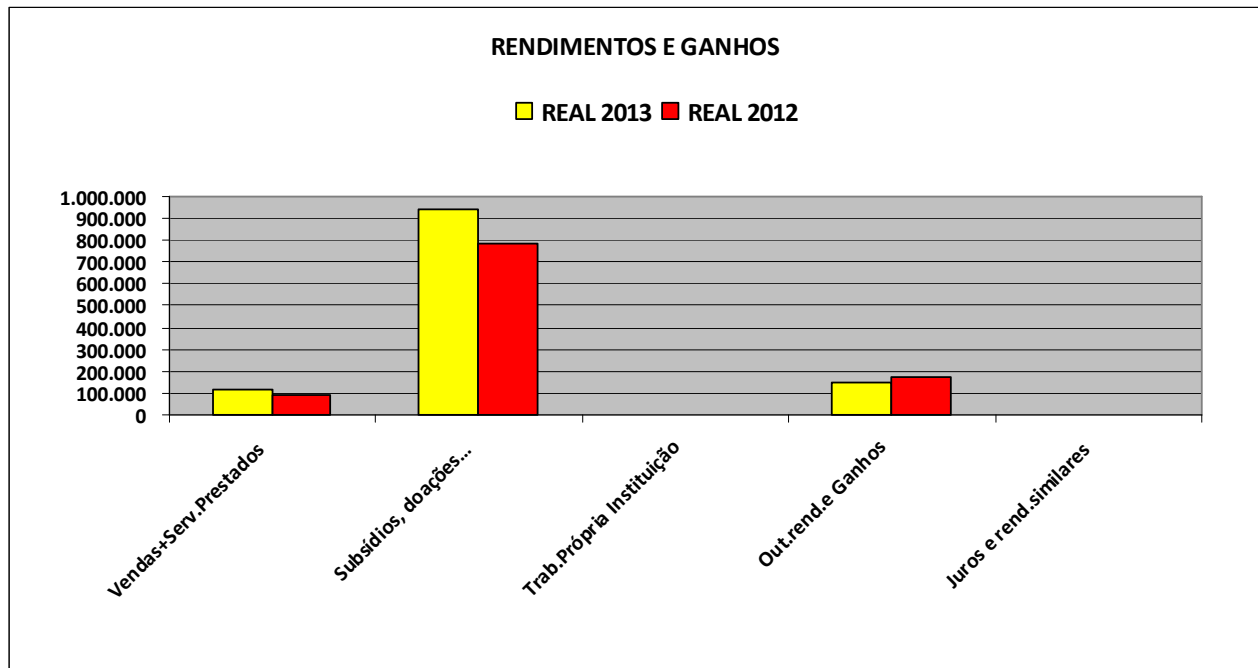
- **RENDIMENTOS**

A previsão orçamental para 2013 foi de 1.011.147 euros sendo que os valores realizados foram de 1.205.564 euros.

Da análise do mapa seguinte, constata-se um aumento nos rendimentos, que perfaz um total de 194.417 euros, correspondente a uma diferença percentual de 19,2 pontos relativamente ao orçamento e de 15,0 pontos relativamente à realização do ano de 2012.

RUBRICAS	VARIAÇÃO (c/a)	ORÇAMENTO (a)	2013 (c)	2012 (b)	VARIAÇÃO (c/b)
PROVEITOS E GANHOS					
Vendas	-100,0%	2.065	0	1.408	-100,0%
Prestações de serviços	23,0%	96.653	118.906	88.837	33,8%
Trabalhos para a própria empresa	0	0	0	0	-100,0%
Subsídios à exploração	21,1%	774.929	938.134	788.248	19,0%
Outros rendimentos e ganhos	-7,9%	92.500	85.210	83.722	1,8%
Juros, dividendos e out.rendim.similares	40,7%	45.000	63.314	86.518	-26,8%
TOTAL	19,2%	1.011.147	1.205.564	1.048.733	15,0%

A continuação apresentaremos uma análise mais pormenorizada as seguintes rubricas: Prestações de serviços, Subsídios à exploração, Outros rendimentos e ganhos e a conta Juros, dividendos e outros rendimentos similares. O gráfico seguinte compara os vários componentes desta classe do período em análise com o anterior.



O desvio positivo na conta **Prestação de serviços** de 23,0%, relativamente ao valor orçamentado, resulta dos incrementos nas contas seguintes:

- Mensalidades, devido às atualizações anuais e aos novos utentes do CAO III.
- Serviços protocolados com a empresa Yazaki.

No que diz respeito à conta de **Subsídios à exploração**, a variação positiva de 21,1% do valor final de 2013 comparativamente com o valor de orçamento, reflete, por um lado, os desvios positivos das verbas recebidas da Segurança Social (+22.5%) resultante das novas valências CAO III e residências Autónomas; e por outro, as verbas recebidas do Programa Escolhas (+51.961€).

Em **Outros rendimentos e ganhos** existe uma pequena variação negativa relativamente ao orçamentado para 2013, resultado do menor valor obtido nas rendas das lojas, e um ligeiríssimo aumento comparativamente ao real de 2012.

Por último, a conta de **Juros, dividendos e out. rendimentos similares** mostra-nos que das aplicações realizadas em depósitos a prazo conseguimos obter rendimentos acima do esperado, graças às boas taxas de juros conseguidas no mercado mas que foram inferiores as obtidas no ano de 2012.

- **ANÁLISE FINANCEIRA**

Da análise anterior podemos referir que mesmo com a situação difícil que atravessamos, conseguimos com a ajuda de todos os colaboradores, dirigentes e parceiros da Cercivar, obter um resultado, significativamente melhor do que o esperado, através do orçamento para 2012, e do obtido em 2011, tendo sido, ainda que negativo, inferior em mais de 50%.

A autonomia financeira (*), face ao balanço de 2012, regista o valor de 71 por cento e um decréscimo relativamente ao ano anterior de 2 pontos percentuais. Por outro lado, o rácio de liquidez geral (**) em 2012 é de 1,94 contra os 2,10 por cento de 2011.

Os recursos financeiros líquidos sofreram uma diminuição de mais de 10 pontos percentuais, mesmo tendo em atenção os reembolsos ainda não recebidos do POPH e que ultrapassam os 120.000 euros, devemos ter algum cuidado e muita atenção perante as necessidades financeiras para os investimentos em curso, os que se pretendem realizar e a sustentabilidade da Instituição.

- **INVESTIMENTOS**

No ano de 2013 registou-se um investimento real total de 402.863 euros, sendo que 149.7337 euros transitaram de anos anteriores. Estes investimentos foram distribuídos pelas contas dos Edifícios e outras construções (Residências Autónomas - três edificações), Equipamento básico (para as Residências) e Ativos fixos tangíveis em curso.

O restantes investimentos em curso de 65.673 euros, resumem-se aos projetos realizados para futuras obras e ao investimento realizado através do Projeto de Utilização Racional de - Energia em dois blocos da sede da Instituição e que serão concluídos no mês de Janeiro de 2014.

INVESTIMENTOS	2013	2012
Terrenos e recursos naturais	0	0
Edifícios e outras construções	464.108	56.026
Equipamento básico	22.815	2.167
Equipamento de transporte	0	0
Equipamento administrativo	0	0
Ferramentas e utensílios	0	0
Imobilizado em curso	65.673	94.947
TOTAL	552.596	153.140

(*) O Rácio de autonomia financeira é um rácio financeiro que mede a solvabilidade da empresa através da determinação da proporção dos activos que são financiados com capital próprio. Sendo tudo o resto igual, quanto mais elevado este rácio, maior a estabilidade financeira da empresa. Quanto mais baixo, maior a vulnerabilidade.

(**) O Rácio de liquidez geral é um rácio financeiro que mede a capacidade da empresa de fazer face às suas responsabilidades de curto prazo, constituindo por isso um teste de solvabilidade de curto prazo. Sendo tudo o resto igual, quanto mais elevado este rácio, maior a solvabilidade de curto prazo da empresa, sendo desejável que o rácio ultrapasse pelo menos o valor de 1, significando que a empresa tem pelo menos activos líquidos para fazer face às responsabilidades de curto prazo. Quanto mais baixo, maior a vulnerabilidade.

Fonte: http://www.thinkfn.com/wikibolsa/R%C3%A1cio_de_liquidez_geral.

BALANÇO, DEMONSTRAÇÕES E ANEXOS

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

CÓDIGO DE CONTAS	RUBRICAS	Notas	Anos	
			2013	2012
	ACTIVO			
	Activo não corrente			
433+453+455-459	Activos fixos tangíveis	6/8	1.413.894,84	1.559.423,58
432+455-4329	Bens do património histórico e cultural			
42+452-459	Propriedades de investimento	9	84.934,43	99.923,04
44+454+455-459	Activos intangíveis			
41	Investimentos financeiros	21.a)	151.809,63	148.251,59
266+268-269	Fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros			
			1.650.638,90	1.807.598,21
	Activo corrente			
32+33+34+35+36+39	Inventários			
211+212-219	Clientes	18.a)	11.683,89	4.567,50
228-229+2713-279	Adiantamentos a fornecedores			
24	Estado e outros entes públicos			
263+268-269	Fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros			
232+238-239+2721+278-279	Outras contas a receber	18.a)	453.897,35	552.004,12
281	Diferimentos	21.b)	3.844,47	3.164,52
14	Outros activos financeiros			
11+12+13	Caixa e depósitos bancários	4.a)-18.c)	1.669.522,99	1.718.681,07
			2.138.948,70	2.278.417,21
	Total do activo		3.789.587,60	4.086.015,42
	FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
	Fundos patrimoniais			
51-261-262	Fundos	21.c)	20.390,00	20.330,00
52	Excedentes técnicos			
53	Outros instrumentos de capital próprio			
55	Reservas legais	21.c)	2.308.589,40	2.308.589,40
56	Resultados transitados	21.c)	(852.535,15)	(762.890,82)
58	Excedentes de revalorização			
59	Outras variações no capital próprio	21.c)	1.837.033,65	1.435.049,49
818	Resultado líquido do período	21.c)	(37.256,17)	(89.644,33)
	Total do fundo de capital		3.276.221,73	2.911.433,74
	PASSIVO			
	Passivo não corrente			
29	Provisões			
25	Financiamentos obtidos			
237+2711+2712+275	Outras contas a pagar			
			0,00	0,00
	Passivo corrente			
221+222+225	Fornecedores	18.a)	28.980,26	17.399,28
218+276	Adiantamentos de clientes			
24	Estado e outros entes públicos	21.a)	29.473,35	26.219,77
264+265+268	Fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros			
25	Financiamentos obtidos			
231+238+2711+2712+2722+278	Outras contas a pagar	18.a)	190.593,80	162.520,33
282+283	Diferimentos	21.b)	264.318,46	968.442,30
14	Outros passivos financeiros			
			513.365,87	1.174.581,68
	Total do Passivo		513.365,87	1.174.581,68
	Total dos fundos patrimoniais e do passivo		3.789.587,60	4.086.015,42

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DE 2013

CÓDIGO DE CONTAS	RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Períodos		
			2013	2012	
+71+72	Vendas e serviços prestados	+	12	118.906,26	90.245,58
+75	Subsídios, doações e legados à exploração	+	14	938.133,52	788.247,55
+73	Variação nos inventários da produção	+/-		0,00	0,00
+74	Trabalhos para a própria entidade	+		0,00	0,00
-61	Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	-	11	(4.010,29)	(8.252,98)
-62	Fornecimentos e serviços externos	-		(364.012,70)	(270.548,78)
-63	Gastos com pessoal	-	19	(745.980,30)	(701.380,55)
-652+7622	Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)	-/+		0,00	0,00
-651+7621	Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	-/+		0,00	0,00
-671-672-673-674-675-676-677-679+763	Provisões (aumentos/reduções)	-/+		0,00	0,00
-678	Provisões específicas (aumentos/reduções)	-		0,00	0,00
-653-654-655-656-657+7623+7624+7625+7626+7627	Outras imparidades (perdas/reversões)	-/+		0,00	0,00
+77-66	Aumentos/Reduções de justo valor	+/-		0,00	0,00
+78(excepto 785)+791(excepto 7915)+798	Outros rendimentos e ganhos	+	12	148.524,52	170.240,21
-68(excepto 685)-6918-6928-6988	Outros gastos e perdas	-		(63.400,59)	(37.564,96)
	Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	=		28.160,42	30.986,07
-64+761	Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-/+	6 - 9	(65.416,59)	(120.630,40)
	Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	=		(37.256,17)	(89.644,33)
+7915	Juros e rendimentos similares obtidos	+		0,00	0,00
-6911-6921-6981	Juros e gastos similares suportados	-		0,00	0,00
811	Resultado antes de impostos	=		(37.256,17)	(89.644,33)
812	Imposto sobre rendimento do período	-/+		0,00	0,00
818	Resultado líquido do período	=		(37.256,17)	(89.644,33)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DE 2013

RUBRICAS		Períodos	
		2013	2012
<u>Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo</u>			
Recebimentos de clientes e utentes	+	208.306,83	124.998,58
Recebimentos de subsídios	+	776.477,64	647.013,55
Recebimentos de apoios	+		
Recebimentos de bolsas	+		
Pagamentos a fornecedores	-	(401.019,69)	(256.573,16)
Pagamentos ao pessoal	-	(448.981,70)	(505.226,38)
Caixa gerada pelas operações	+/-	134.783,08	10.212,59
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-/+	(68.057,26)	(45.687,64)
Outros recebimentos/pagamentos	+/-	689,37	(147.096,35)
Fluxos de caixa das actividades operacionais	(1)	67.415,19	(182.571,40)
<u>Fluxos de caixa das actividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis	-	(390.682,24)	(115.177,26)
Activos intangíveis	-		
Investimentos financeiros	-		
Outros activos	-		
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis	+		
Activos intangíveis	+		
Investimentos financeiros	+		
Outros activos	+		
Subsídios ao investimento	+	228.061,59	5.013,68
Juros e rendimentos similares	+	64.213,02	92.711,93
Dividendos	+		
Fluxos de caixa das actividades de investimento	(2)	(98.407,63)	(17.451,65)
<u>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	+		
Realizações de fundos	+		
Cobertura de prejuízos	+		
Doações	+	2.991,00	3.103,20
Outras operações de Financiamento	+		165,94
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	-	(20.710,80)	(20.710,80)
Juros e gastos similares	-	(445,84)	(306,61)
Dividendos	-		
Reduções de fundos	-		
Outras operações de financiamento	-		
Fluxos de caixa das actividades de financiamento	(3)	(18.165,64)	(17.748,27)
Variação de caixa e seus equivalentes	(1)+(2)+(3)	(49.158,08)	(217.771,32)
Efeito das diferenças de câmbio	+/-	0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	+/-	1.718.681,07	1.936.452,39
Caixa e seus equivalentes no fim do período	+/-	1.669.522,99	1.718.681,07

ANEXO ANO DE 2013

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

- 1.1. **Designação da entidade:** CERCIVAR – Cooperativa para a Educação e Reabilitação de Crianças Inadaptadas de Ovar, C.R.L.
- 1.2. **Sede:** Rua da Cercivar – Ovar (3880-161)
- 1.3. **NIPC:** 500 594 171
- 1.4. **Natureza da Atividade:** A CERCIVAR é uma cooperativa criada em 1976, declarada de Utilidade Pública em 1980 e equiparada a IPSS desde 2002. Tem como objetivo fundamental a educação, a integração profissional e social, a formação, o atendimento ocupacional e residencial de pessoas e grupos socialmente mais vulneráveis.
- 1.5. **Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em unidade de euro.**

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o regime de normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (ESNL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de Março de 2011, e que faz parte integrante do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho de 2010.

Os instrumentos legais são os seguintes:

- Aviso n.º 6726-B/2011, de 14 de Março de 2011 (NCRF-ESNL).
- Portaria n.º 105/2011, de 14 de março de 2011 (Modelos de demonstrações financeiras aplicáveis às ESNL).
- Portaria n.º 106/2011, de 14 de março de 2011 (Código de contas específico para às ESNL).

2.2. Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições do SNC.

2.3. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

As quantias relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2013, incluídas nas presentes demonstrações financeiras para efeitos comparativos, estão apresentados em conformidade com o modelo resultante das alterações introduzidas pelos diplomas legais emitidos no âmbito da publicação do regime de normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (ESNL).

2.4. Adoção pela primeira vez das NCRF-ESNL - divulgação transitória.

Em 31 de dezembro de 2011, a preparação das demonstrações financeiras foi efetuada de acordo com o novo Sistema de Normalização Contabilística para as ESNL.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da CERCIVAR, de acordo com as normas contabilísticas e de relato financeiro.

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

ATIVO FIXO TANGÍVEL	Vida útil estimada
Edifícios e outras construções	Entre 8 e 50 anos
Equipamento básico	Entre 4 e 10 anos
Equipamento de transporte	4 anos
Equipamento administrativo	Entre 4 e 10 anos
Outros activos fixos tangíveis	Entre 4 e 8 anos

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas será reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos activos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registados como gastos do exercício em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos que ainda não se encontram em condições necessárias ao seu funcionamento/utilização. Estes ativos fixos tangíveis passaram a ser depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela Instituição.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”.

LOCAÇÕES

A classificação das locações financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos. Assim, os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse ou como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados reconhecendo os ativos fixos tangíveis e as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

As propriedades de investimento são constituídas por edifícios cujos fins são a obtenção de rendas e valorização do capital investido, não para uso ou fins administrativos, ou para venda no decurso da atividade corrente.

As propriedades de investimentos são mensuradas ao custo. Os custos suportados com propriedades de investimentos em utilização, são reconhecidos como gasto no período a que se referem.

IMPARIDADE DE ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da Instituição, com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

INVENTÁRIOS

Mercadorias e Matérias-Primas

As mercadorias e matérias-primas, subsidiárias e de consumo serão valorizadas ao custo de aquisição ou ao valor realizável líquido, dos dois, o mais baixo. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio, em sistema de inventário permanente.

RÉDITO

O redito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O redito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A entidade não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a entidade;
- Os custos suportados ou a suportar com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido líquido de impostos, pelo justo valor do montante a receber.

O redito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a entidade;
- Os gastos suportados ou a suportar com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação à data do relato pode ser valorizado com fiabilidade.

O redito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a entidade e o seu montante possa ser valorizado com fiabilidade.

SUBSÍDIOS

Os subsídios, incluindo subsídios não monetários, são reconhecidos após existir segurança de que:

- A entidade cumprirá as condições a eles associadas; e
- Os subsídios serão recebidos.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos Fundos patrimoniais e subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os custos relacionados que se pretendem que eles compensem.

Consideram-se subsídios não reembolsáveis quando exista um acordo individualizado de concessão de subsídio a favor da entidade, se tenham cumprido as condições estabelecidas para a sua concessão e não existam dúvidas de que os subsídios serão recebidos.

Os subsídios recebíveis pela entidade como compensação por gastos incorridos num período anterior são reconhecidos como rendimento do período em que se tornar recebível, com a divulgação necessária para assegurar que o seu efeito seja claramente compreendido.

EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO

À data de fecho é efetuada a atualização cambial de saldos existentes em moeda estrangeira. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, serão registadas como rendimentos e/ou gastos na demonstração dos resultados do exercício na rubrica de ganhos/perdas cambiais.

IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Relativamente ao cálculo da estimativa do imposto sobre o rendimento do exercício, é apurado de acordo com a matéria coletável estimada, tendo em conta os rendimentos comerciais sujeitos.

INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Membros e outras dívidas de terceiros

As dívidas dos membros estão mensuradas ao custo menos qualquer perda de imparidade e as dívidas de “outros terceiros” ao custo.

As dívidas de membros ou de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As contas de fornecedores e de outros terceiros encontram-se mensuradas pelo método do custo.

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo custo.

Periodizações

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas “Outras contas a receber e a pagar” e “Diferimentos”.

Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis.

Benefícios de empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, diuturnidades, complementos de trabalho nocturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e outras retribuições adicionais decididas pela Direção da Instituição.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de Dezembro de cada ano, sendo sempre pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Eventos subsequentes

Em Janeiro de 2013 foi proposto, pela Cruz Vermelha Portuguesa (Delegação de Ovar), à Cercivar ser a gestora de um projeto do Programa Escolhas o qual se encontrava já aprovado, tendo apenas que ser nomeada uma nova entidade gestora que não poderia ser a CVP. Para este projeto cuja duração é de 3 anos, está estimado um gasto de 193.883,98 euros, sendo 100% subsidiado pelo POPH. Tendo, entre outras obrigações, a contratação de pessoal afeto exclusivamente a este projeto (duas técnicas com contrato a termo, um monitor e um dinamizador com contrato de prestação de serviços).

Em Dezembro de 2013 foram inauguradas as 3 Residências Autónomas, tendo sido contratadas 11 novas funcionárias. Parte destas funcionárias (8 pessoas) estão adstritas a duas destas referidas residências, sendo expectável que em princípios de 2014 sejam contratadas mais 4 pessoas para colmatar o número de postos de trabalho obrigatórios e que constam do protocolo assinado com a Segurança Social para esta nova valência.

3.2. Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como, as quantias de rendimentos e gastos do período.

3.3. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da CERCIVAR.

4. FLUXOS DE CAIXA

a) Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Descrição	31.12.2013	31.12.2012
Caixa e depósitos bancários - Ativos		
Caixa	1.000,00	1.000,00
Depósitos bancários	162.022,99	46.181,07
Outros depósitos bancários	1.506.500,00	1.671.500,00
Total	1.669.522,99	1.718.681,07

5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Não foram realizadas alterações nas políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros.

6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

- Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzidos das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.
- As depreciações são efetuadas pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos.
- Vidas úteis foram determinadas de acordo com expectativa de afetação do desempenho.
- Através de uma avaliação, efetuada por um Perito constante da Lista Oficial, foi corrigido o valor do terreno; onde se encontram construídas as 3 Residências e onde se realizaram mais construções futuramente, para o qual tinha sido considerado o valor patrimonial, registado no Portal das Finanças; de 906.470€ para 402.800€.

Descrição	31.12.2012	Adições	Reaval.	Alienações	Abates	Transf.	31.12.2013
Terrenos e recursos naturais	1.167.579,81		-503.670,00				663.909,81
Edifícios e outras construções	1.281.296,47	464.108,48					1.745.404,95
Equipamento básico	282.228,30	22.814,97					305.043,27
Equipamento de transporte	377.151,20						377.151,20
Equipamentos administrativo	111.842,88						111.842,88
Outros ativos tangíveis	23.063,97						23.063,97
Investimentos em curso - ativos fixos tangíveis	144.027,10	423.916,98				502.271,19	65.672,89
Ativo tangível bruto	3.387.189,73	910.840,43	-503.670,00	0,00	0,00	502.271,19	3.292.088,97
Depreciações acumuladas	1.827.766,15	50.427,98					1.878.194,13
Perdas por imparidade e reversões acumuladas	0,00						0,00
Depreciação acumulada	1.827.766,15	50.427,98	0,00	0,00	0,00	0,00	1.878.194,13
Ativo tangível líquido	1.559.423,58	860.412,45	-503.670,00	0,00	0,00	502.271,19	1.413.894,84

7. ATIVOS FIXOS INTANGÍVEIS

Não aplicável.

8. LOCAÇÕES

Locação financeira

a) Quantia escriturada líquida à data do balanço:

Activo fixo tangível	Valor aquisição	Depreciações acumuladas	Valor líquido
Mini-autocarro 86-HV-85	128.554,00	128.554,00	0,00

b) Total dos futuros pagamentos da locação à data do balanço e o seu valor presente, para cada um dos seguintes períodos:

Activo fixo tangível	2012	2013	2014
Caetano Bus	20.710,80	20.710,80	13.807,20

A obrigação financeira por locação é garantida pela reserva de propriedade do bem locado.

Locação operacional

a) Contrato de aluguer operacional relativo a duas máquinas fotocopiadoras cujo valor líquido foi de 12.675,00€.

b) Total dos futuros pagamentos da locação à data do balanço e o seu valor presente, para cada um dos seguintes períodos:

Rendas	2012	2013	2014
Creditex - Aluguer de Equipamentos, S.A.	4.200,00	4.200,00	350

A locação operacional não garante reserva de propriedade do bem locado.

9. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

- a) A entidade optou por contabilizar as suas propriedades de investimento ao modelo do custo. Para maior detalhe sobre a política contabilística adoptada consultar a nota 3.
- b) Quantias reconhecidas como rendimento, na demonstração dos resultados provenientes das propriedades de investimento:

Propriedade de investimento	Montante Rendimentos 2013
Fracção A - Rua F.Castro	17.704,74
Fracção E - Rua F. Castro	5.256,00
Fracção H - Rua F. Castro	8.116,08
Fracção F - Rua Gomes Freire	4.400,00
Fracção AD - Rua Gomes Freire	3.500,00
Fracção AE - Rua Gomes Freire	3.500,00
Fracção A - Rua Gomes Freire	7.992,44

- c) Variação ocorrida nas quantias escrituradas da propriedade de investimento no início e no fim do período:

Descrição	Quantia bruta inicial	Depreciações acumuladas iniciais	Perdas por imparidade e reversões acumuladas iniciais	Quantia líquida escriturada inicial	Depreciações reconhecidas no período	Saldo no final do período
Fracção A - Rua F.Castro	99.340,59	99.340,59		0,00		0,00
Fracção E - Rua F. Castro	82.826,39	82.826,39		0,00		0,00
Fracção H - Rua F. Castro	99.340,59	99.340,59		0,00		0,00
Fracção F - Rua Gomes Freire	108.266,74	92.026,76		16.239,98	2.706,67	13.533,31
Fracção AD - Rua Gomes Freire	169.271,03	143.880,37		25.390,66	4.231,78	21.158,88
Fracção AE - Rua Gomes Freire	122.176,41	103.849,95		18.326,46	3.054,41	15.272,05
Fracção A - Rua Gomes Freire	199.829,91	159.863,97		39.965,94	4.995,75	34.970,19

As taxas de depreciações utilizadas são 5% sendo que desde 2011 se optou pela redução de 50% da mesma.

10. CUSTOS EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Não aplicável.

11. INVENTÁRIOS

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio de Inventário Permanente.

A quantia de inventários reconhecida como um gasto em 31.12.2013 detalha-se como segue:

Movimentos	Mercadorias	Matérias-Primas subsid. e de consumo
Saldo inicial	0,00	0,00
Compras	0,00	4.010,29
Regularização de existências	0,00	0,00
Saldo final	0,00	0,00
Gastos no exercício	0,00	4.010,29

12. RÉDITO

Quantia de cada categoria significativa de rédito em 31.12.2013:

RÚBRICAS	31.12.2013
Vendas	0,00
Produtos acabados e intermédio	0,00
Formação profissional	0,00
Prestação de serviços	118.906,26
Mensalidades	81.407,75
Serviços secundários	37.498,51
Subsídios, doações e leg. à exploração	938.133,52
Subs. do estado e out. entes públicos	930.411,87
Subs. de outras entidades	0,00
Donativos	7.721,65
Outros rendimentos e ganhos	85.210,12
Rendimentos suplementares	26.211,33
Refeitório	11.828,93
Bar	5.914,45
Outros	3.354,26
Campanha Pirilampo Mágico	5.026,09
Vendas objetos inúteis	87,60
Descontos pronto pagamento obtidos	320,12
Rendimentos e Ganhos em Invest.não Financ.	57.837,25
Sinistros	7.367,99
Rendas e out.rendim.em porp.de investimento	50.469,26
Outros	841,42
Correções relativo períodos anteriores	0,00
Imputação subs. para investimento	815,84
Outros não especificados	25,58
Juros, dividendos e out.rend.similares	63.314,40
Depósitos à prazo	59.756,36
De out.aplicações de meios financ.líquidos	3.558,04

13. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

Não aplicável.

14. SUBSÍDIO E OUTROS APOIOS

- a) Quantias dos subsídios não reembolsáveis, relacionados com ativos fixos tangíveis, reconhecidos nos Fundos patrimoniais e subsequentemente imputado numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os custos relacionados que se pretendem que eles compensem:

DESCRIÇÕES	ANO INÍCIO UTILIZAÇÃO INVEST.	VALOR TOTAL POR ENTIDADE E EMPREEND	TAXA DEPREC.	VALORES ANUAIS DAS DEPRECIACÕES	VALOR LIQ. 31.12.2012	MOVIMENTOS NO ANO P/Rendimentos	VALOR LIQ. 31.12.2013
SUBSIDIOS							
C. Municipal de Ovar - Sistema deteção incêndios	2010	4.618,87			3.233,20	461,88	2.771,32
TOTAL SUBS.- SIST.DETEÇÃO INCÊNDIOS		4.618,87			3.233,20	461,88	2.771,32
INVESTIMENTO							
Sistema deteção incêndios	2011	17.992,57	10%	1.799,26	14.394,05		12.594,79
TOTAL INVEST.- SIST.DETEÇÃO INCÊNDIOS		17.992,57		1.799,26	14.394,05		12.594,79
SUBSIDIOS							
ROTARY CLUB DE OVAR - Sala Snoezelen	2011	1.331,40			1.123,35	166,44	956,91
ROTARY CLUB DE OVAR - Sala Snoezelen	2012	1.500,00			1.312,48	187,52	1.124,96
TOTAL SUBS.- SALA SNOEZELLEN		2.831,40			2.435,83	353,96	2.081,87
INVESTIMENTO							
Sala Snoezelen	2011	4.809,42	12,5%	601,18	3.607,06		3.005,88
TOTAL INVEST.- SALA SNOEZELLEN		4.809,42		601,18	3.607,06		3.005,88

- b) Subsídio não reembolsável relacionado com ativos fixos tangíveis, aprovado em 2009 e contratualizado em 2010, para a construção de 3 residências autónomas e para o qual se verifica os critérios de reconhecimento previsto no capítulo 14 da NCRF-ESNL, existe segurança razoável de que a CERCIVAR cumprirá as condições associadas ao subsídio e o subsídio será recebido, assim, o valor encontra-se inscrito nos Fundos patrimoniais, tendo dado início da empreitada e do serviço de fiscalização em 2012 estando concluído em Setembro de 2013 aguardando apenas o deferimento do Saldo Final:

DESCRIÇÕES	ANO INÍCIO UTILIZAÇÃO INVEST.º	VALOR TOTAL POR ENTIDADE E EMPREEND.º	TAXA DEPREC.	VALORES ANUAIS DAS DEPRECIACÕES	VALOR LIQ. 31.12.2012	MOVIMENTOS NO ANO P/Rendimentos	VALOR LIQ. 31.12.2013
SUBSIDIOS							
POPH tipologia 6.12		322.343,08		0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL SUBS.CONSTRUÇÃO 3 RESIDÊNCIAS		322.343,08		0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTO							
Residências Autónomas - 3 edificações		486.923,45	2%	811,54	0,00	0,00	486.111,91
TOTAL INVEST.- CONST. 3 RESIDÊNCIAS		486.923,45	2%	811,54	0,00	0,00	486.111,91

- c) Subsídio recebidos como compensação dos gastos incorridos em 2013:

DESCRIÇÕES	Ano início utilização	Valor contratualizado	Valor utilizado/recebido em anos anteriores	Reembolsos recebidos em 2013	Valor estimado a receber 2014
Formação profissional - POPH tip.6.2	2013	329.394,93	0,00	147.962,97	118.934,23
Formação profissional - POPH tip.6.2	2012	259.560,20	192.108,16	121.130,58	0,00

POPH tip. 2.3	2012	20.421,45	1.684,77	11.265,44	7.406,55
Centro de emprego de Aveiro	2013	11.658,24	10.938,44	719,80	0,00
Programa Escolhas	2013	193.883,98	0,00	43.573,62	90.000,00
Mais Centro	2013	29.121,40	0,00	9.146,64	19.000,00
POPH tipologia 6.12 - 3 residências	2011	320.955,75	3.126,98	218.914,95	68.866,70

d) Apoios recebidos no ano, dos contratos/protocolos existentes com organismos do Estado e registados como rendimentos:

CRSS - Centro Regional Segurança Social (CAO, Lar e SAD)	571.849,99
Ministério da Educação	57.522,75
Câmara Municipal de Ovar	12.958,32
IEFP - Centro Emprego	3.949,59

e) Principais doadores:

Entidades	Valor		%
	Em numerário	Em espécie	
Particulares	2.543,30	0,00	37,3%
Empresas	2.701,25	1.577,15	62,7%
Soma	5.244,55	1.577,15	100,0%

15. EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO

Não aplicável.

16. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Após a data do balanço não houve conhecimento de eventos ocorridos que afetem o valor dos ativos e passivos das demonstrações financeiras do período.

17. IMPOSTOS SOBRE RENDIMENTO

Não aplicável.

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Políticas contabilísticas

Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras.

a) Fornecedores/clientes/outras contas a receber e a pagar:

Entidades	31.12.2013			31.12.2012
	Ativos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	Total	Total
Ativo				
Clientes	14.187,22	2.503,33	11.683,89	4.567,50

Outras contas a receber	453.897,35		453.897,35	552.004,12
Devedores por acréscimos rendimentos	41.961,22		41.961,22	56.031,24
Juros a receber	41.961,22		41.961,22	46.417,88
Rendas a receber	0,00		0,00	9.613,36
Entidades setor público administrativo	411.936,13		411.936,13	495.972,88
POPH/IEFP tip. 2.3, 6.2 e Centro de Recursos	313.022,31		313.022,31	178.144,11
Subs. aprovado construção 3 residências	98.913,82		98.913,82	317.828,77
Outros devedores e credores div.	0,00		0,00	0,00
Total do ativo	468.084,57	2.503,33	465.581,24	554.068,29
Passivo				
Fornecedores	28.980,26		28.980,26	17.399,28
Outras contas a pagar	190.593,80		190.593,80	162.520,33
Fornecedores de investimentos	62.007,21		62.007,21	71.703,57
Credores por acréscimos de gastos	105.027,20		105.027,20	87.850,19
Remunerações e encargos a liquidar	105.027,20		105.027,20	84.622,49
Outras despesas diferidas	0,00		0,00	3.227,70
Outros devedores e credores	23.559,39		23.559,39	2.966,57
Total do passivo	219.574,06		219.574,06	179.919,61
Total líquido	248.510,51		248.510,51	374.148,68

b) Reconhecimento das perdas por imparidade de dívidas a receber, o cálculo é efetuado de acordo com a antiguidade da dívida

Imparidades acumuladas de acordo com a antiguidade dos valores em dívida	Dívidas de clientes	Dívidas de utentes	Perdas por imparidade acumuladas das dívidas dos clientes e utentes	%
Dívidas a receber Clientes e utentes Superior a 24 meses	2.503,33	0,00	2.503,33	100%

c) Caixa e depósitos bancários

Descrição	31.12.2012	31.12.2011
Caixa e depósitos bancários		
Caixa	1.000,00	1.000,00
Depósitos bancários	162.022,99	46.181,07
Outros depósitos bancários	1.506.500,00	1.671.500,00
Total	1.669.522,99	1.718.681,07

19. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Gastos com o pessoal	31.12.2013	31.12.2012
Remunerações do pessoal	607.452,34	544.622,34
Indemnizações	0,00	45.640,04
Encargos sobre remunerações do pessoal	116.627,14	101.073,82
Seg.acidentes trabalho e doenças profissionais	3.676,00	3.857,15
Outros gastos	18.224,82	6.187,20
Total	745.980,30	701.380,55

A rubrica “Outros gastos” inclui gastos com a medicina no trabalho, formação, seguro de saúde e seguro de acidentes de trabalho.

Os órgãos diretivos, não remunerados, são constituídos por:

Órgãos diretivos	Nº de membros em 31.12.2013	Nº de membros em 31.12.2012
Direção	7	7
Presidente	1	1
Vice-Presidente	1	1
Secretário	1	1
Tesoureiro	1	1
Vogal	1	1
Suplente	2	2
Conselho Fiscal	3	3
Presidente	0	1
Vogal	2	2
Assembleia-Geral	3	3
Presidente	1	1
Vice-Presidente	1	1
Secretário	1	1

20. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR OUTROS DIPLOMAS LEGAIS

Não aplicável.

21. OUTRAS INFORMAÇÕES

Decomposição de outras contas:

a) INVESTIMENTOS FINANCEIROS

INVESTIMENTO FINANCEIRO	Saldo no inicial do período	Rendimento do período	Saldo no final do período
AXA - MAXIMUS INVEST	148.251,59	3.558,04	151.809,63

b) ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

c)

Estado e outros entes públicos	31.12.2013	31.12.2012
	Corrente	Corrente
Imposto sobre o rendimento	4.414,38	3.643,95
Imposto sobre o valor acrescentado	2.279,86	794,95
Contribuições para a segurança social	22.370,99	21.408,44
Contribuições para caixa geral aposentações	408,12	372,43
Total	29.473,35	26.219,77

d) DIFERIMENTOS

Diferimentos	31.12.2013	31.12.2012
Ativo	Corrente	Corrente
Gastos a reconhecer	3.844,47	3.164,52
Seguros	3.844,47	3.164,52
Outros gastos	0,00	0,00
Passivo	Corrente	Corrente
Rendimentos a reconhecer	264.318,46	968.442,30
Subsídio setor público	264.318,46	61.972,30
Terreno futuras obras	0,00	906.470,00

e) FUNDO SOCIAL

DESCRIÇÃO		Capital realizado	Reservas	Resultados transitados	Outras variações nos fundos Patrimoniais	Resultado líquido do período	Total dos Fundos Patrimoniais
POSIÇÃO EM 31.12.2012		20.330,00	2.308.589,40	(762.890,82)	1.435.049,49	(89.644,33)	2.911.433,74
POSIÇÃO EM 01.01.2013	1	20.330,00	2.308.589,40	(762.890,82)	1.435.049,49	(89.644,33)	2.911.433,74
ALTERAÇÕES NO PERÍODO							
Primeira adopção de novo referencial contabilístico							0,00
Aplicação do resultado do período anterior				(89.644,33)		89.644,33	0,00
Alterações de políticas contabilísticas							0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras							0,00
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis							0,00
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações							0,00
Ajustamentos por impostos diferidos							0,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		60,00			401.984,16		402.044,16
	2	60,00	0,00	(89.644,33)	401.984,16	89.644,33	402.044,16
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3					(37.056,54)	(37.056,54)
RESULTADO EXTENSIVO	4=2+3					52.587,79	364.987,62
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO							
Fundos							
Subsídios, doações e legados							
Outras operações							
	5	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO EM 31.12.2012	6=1+2+3+5	20.390,00	2.308.589,40	(852.535,15)	1.837.033,65	(37.056,54)	3.276.421,36

Ovar, 12 de fevereiro de 2014